

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**JESSICA ZDRUIKOSKI**

**ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA LOCALIDADE RINCÃO  
MORMAÇO NO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA (RS)**

**Porto Alegre  
2022**

**JESSICA ZDRUIKOSKI**

**ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA LOCALIDADE RINCÃO  
MORMAÇO NO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA (RS)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Oliveira Co-orientadora:  
Marilene Cassel Bueno

**Porto Alegre**

**2022**

**JESSICA ZDRUIKOSKI**

**ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA LOCALIDADE RINCÃO  
MORMAÇO NO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA (RS)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre,        de                        de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Daniela Oliveira – Orientadora  
UFRGS

---

Profa. Dra. Cátia Grisa  
UFRGS

---

Prof. Me. Loyana Carolina Perucchi  
UFRGS

## RESUMO

O presente trabalho buscou analisar o acesso às políticas públicas municipais voltadas para a agricultura familiar, por agricultores na localidade Rincão Mormaço, no município de Independência (RS). A metodologia utilizada para realização da pesquisa qualitativa, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas em oito famílias. Os resultados indicam que existem dois grupos de agricultores familiares, (i) o primeiro grupo é composto por agricultores familiares aposentados, que produzem para o autoconsumo e arrendam a terra para terceiros e; (ii) o segundo grupo é de agricultores familiares que possuem diversas fontes de renda: aposentadoria, plantio da soja e comercialização informal de alimentos. As políticas públicas existentes no município com o enfoque na agricultura familiar limitam-se ao programa de correção do solo e ao programa troca-troca de sementes de milho e sorgo. Foi verificada a necessidade da comunidade retomar a participação mais ativa e interação com os responsáveis pelas políticas públicas, para compreender melhor a realidade e demandas dos atores sociais, para a criação de políticas públicas condizentes com a realidade. Outrossim, há uma desarticulação entre os profissionais municipais e órgãos assistências e agricultores familiares, sobre a temática do que são políticas públicas. Em função disso, os agricultores familiares acabam não conhecendo as políticas públicas, incentivos ou ações locais, o que pode gerar desestímulo na atividade agrícola, uma vez que sentem-se esquecidos na área rural, em consequência disso, ocorre o êxodo rural na comunidade, os jovens saem da área rural e vão em busca de melhores condições de trabalho e renda no centro urbano, o que causa o envelhecimento da população rural na comunidade. Dessa forma, vem à tona o debate acerca das políticas públicas com o enfoque de manter os jovens na área rural.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Geração de renda, Políticas públicas.

## ABSTRACT

The present work sought to analyze the access to public policies municipal aimed at family farming, by farmers in the Rincão Mormaço locality, in the municipality of Independência (RS). The methodology used to carry out the qualitative research, with the application of semi-structured interviews in eight families. The results indicate that there are two groups of family farmers, (i) the first group is composed of retired family farmers, who produce for their own consumption and lease the land to third parties and; (ii) the second group is family farmers who have different sources of income: retirement, soy planting and informal food marketing. The existing public policies in the municipality with a focus on family farming are limited to the soil correction program and the corn and sorghum seed exchange program. It was verified the need for the community to resume more active participation and interaction with those responsible for public policies, to better understand the reality and demands of social actors, for the creation of public policies consistent with reality. Furthermore, there is a lack of coordination between municipal professionals and assistance agencies and family farmers, on the subject of what public policies are. As a result, family farmers end up not knowing public policies, incentives or local actions, which can generate discouragement in agricultural activity, since they feel forgotten in the rural area, as a result, rural exodus occurs in the community, young people leave the rural area and go in search of better working conditions and income in the urban center, which causes the aging of the rural population in the community. In this way, the debate about public policies with the focus of keeping young people in rural areas comes to the fore.

**Keywords:** Family farming, Income generation, Public policies.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>8</b>
2.1 Objetivo geral.....	8
2.2 Objetivos específicos .....	8
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>8</b>
3.1 O local e região do estudo .....	9
3.2 A pesquisa de campo e os entrevistados.....	11
3.3 Análise dos dados.....	12
<b>4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>13</b>
4.1 O que é uma política pública?.....	13
4.2 O surgimento das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil .....	14
4.3 Importância do incentivo às políticas públicas locais .....	18
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>19</b>
5.1. Políticas públicas para a agricultura familiar disponíveis no município .....	19
5.2. Acesso dos agricultores a políticas públicas e/ou incentivos locais .....	20
5.3. Dificuldades e/ou facilidades em acessar as políticas públicas e/ou incentivos municipais .....	23
5.4. Impactos do acesso ou a falta de acesso às políticas públicas no cotidiano dos agricultores familiares .....	25
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>27</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>29</b>
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES .....	34
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO .....	37

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que desde o surgimento das primeiras políticas públicas a agricultura familiar esteve excluída e à margem das ações do Estado. Um marco importante na história das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil foi em 1996 quando houve a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma política agrícola diferenciada e que fazia sentido com a realidade e particularidade vivenciada pelos agricultores familiares, além de contar com a sua participação para elaboração das mesmas (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A partir desse movimento de criação do PRONAF novas políticas para a agricultura familiar emergiram, com muitos objetivos entre os quais garantir a produção e comercialização dos alimentos dos agricultores familiares, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e das mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com Junqueira e Lima (2008), os programas PAA e PRONAF contribuem significativamente para a diminuição das migrações da área rural, garantindo, dessa forma, a permanência do jovem e agricultores familiares na área rural. Segundo Mattei (2015), o PRONAF é uma política pública de incentivo muito importante para o desenvolvimento da produção agrícola familiar.

Esse trabalho aborda a temática de políticas públicas municipais para a agricultura familiar no município de Independência (RS), na localidade Rincão Mormaço. A região em que o município está inserido pertence a microrregião de Santa Rosa, grande produtora de grãos, principalmente a soja, milho e trigo (EMATER, 2009). Diante desse contexto, levantou-se a seguinte problemática: os agricultores familiares têm acesso às políticas públicas municipais? Quais são as políticas públicas disponíveis, quais as dificuldades e/ou facilidades de acesso a tais políticas?

A metodologia utilizada para realização deste trabalho utilizou uma abordagem qualitativa, buscando aprofundar a análise e compreensão da realidade observada. As etapas necessárias para a elaboração e análise dos dados foram as seguintes: (I) levantamento bibliográfico; (II) entrevistas com os agricultores familiares e; (III) análise das informações coletadas (GIL, 2002).

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: na seção a seguir apresentamos os objetivos (seção 2) e a metodologia do estudo (seção 3). Na seção seguinte, quarta seção, apresentamos uma revisão bibliográfica sobre o tema central e na quinta seção os resultados e discussões. Finalizamos com algumas considerações.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Analisar como se dá o acesso às políticas públicas municipais com o enfoque na Agricultura Familiar, pelos agricultores familiares na localidade Rincão Mormaço no município de Independência (RS).

### **2.2 Objetivos específicos**

- I. Identificar quais são as políticas públicas municipais que estão disponíveis em Independência (RS);
- II. Verificar se os agricultores têm acesso e quais as dificuldades e/ou facilidades em acessar às políticas públicas ou incentivos locais;
- III. Analisar os impactos do acesso ou a falta de acesso às políticas públicas no cotidiano dos agricultores familiares.

## **3 METODOLOGIA**

Para a elaboração desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, não se preocupa apenas com números, [...] mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Além de ser qualitativa esta também é uma pesquisa exploratória que busca gerar uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. A maior parte desse tipo de pesquisa envolve: (I) o levantamento bibliográfico; (II) entrevistas com indivíduos que tiveram experiências com o problema pesquisado e; (III) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2002).

Assim sendo procedemos com uma revisão bibliográfica, para o levantamento de informações pertinentes a área de estudo e sobre o tema central; entrevistas no campo, a fim de entender melhor a realidade dos agricultores familiares da localidade



Rincão Mormaço, e finalizamos com a análise das informações coletadas.

### **3.1 O local e região do estudo**

O município de Independência localiza-se na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, e à microrregião de Santa Rosa (conforme figura 1). Conta com uma área territorial de 358,283 km<sup>2</sup>. Em 2020, a população total do município era de 6.719 habitantes e estima-se que em 2021 houve uma redução para 6054 habitantes (FEE, 2022; IBGE, 2021).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é utilizado para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida. O IDH do Rio Grande do Sul é de 0,746, considerado alto na escala do IDH. No ranking municipal, Independência ocupa a posição 338ª posição, com um IDHM de 0,693, considerado médio. Ao compararmos com anos anteriores, 1991 e 2000, é possível perceber que o município tem evoluído e apresentado valores de IDM mais elevados. Isso significa que a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico tem melhorado (ATLAS SOCIOECONÔMICO, 2020b; CENSO, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é utilizado para medir o grau de desenvolvimento dos municípios no Rio Grande do Sul. Em 2019 o estado do RS atingiu o valor de 0,776 e encontra-se na faixa de médio desenvolvimento. O município de Independência classifica-se com 0,765 também dentro da faixa de médio desenvolvimento (IDESE, 2019).

Os municípios limítrofes são: São Valentim, Alegria e Três de Maio. Independência está situada a 12 km ao sul-leste de Três de Maio, considerada uma das maiores cidades próximas, e a 372 metros de altitude acima do nível do mar (BRASIL CIDADES, 2022).

**Figura 1: Localização do município de Independência (RS)**



**Fonte:** Wikipédia (2006).

O município de Independência está localizado, em sua maior parte, no bioma Pampa, banhado pela bacia hidrográfica do Rio Uruguai. Segundo a classificação do PRONASOLOS, Independência apresenta latossolo vermelho distroférico de textura muito argilosa. Este tipo de solos são os solos responsáveis por grande parte da produção de grãos do país.

O solo apresenta cor vermelha, devido aos altos teores de óxido de ferro; ocorrem em áreas de relevo plano, suavemente ondulado e ondulado (que possibilitam a mecanização agrícola) e tem baixo teor de fósforo. Além disso, por se tratar de um solo argiloso, é muito suscetível à compactação e baixa quantidade de água disponível às plantas (EMBRAPA, 2022; PRONASOLOS, 2022).

Referente a produção agropecuária, segundo a EMATER (2009), na região onde localiza-se Independência (RS), que abrange cerca de outros 44 municípios, atendidos pelo Escritório Regional da EMATER, as atividades econômicas predominantes são o cultivo de soja (700 mil ha), seguido de milho (164 mil ha), trigo (235 mil ha), alfafa (3,2 mil ha), mandioca (14,3 mil ha), cana-de-açúcar (6,7 mil ha), bovinocultura de leite (1,7 milhões de litros diários) e bovinocultura de corte (762 mil cabeças). No que se refere a criação e produção de animais no município, o maior destaque é a criação de galináceos (24.000 cabeças), seguida de bovinos (7.861 cabeças), suínos (3.561 cabeças) e ovinos (1.651 cabeças) (IBGE, 2017).

### 3.2 A pesquisa de campo e os entrevistados

A pesquisa foi realizada na localidade de Rincão Mormaço, que está há cerca de 8 km de distância do centro urbano do município. Na comunidade residem atualmente cerca de 16 famílias de agricultores familiares. A pesquisa foi conduzida com metade das famílias da comunidade, ou 8 famílias de agricultores.

A descrição e o perfil socioeconômico dos agricultores participantes desta pesquisa pode ser visualizada no quadro 01, abaixo:

**Quadro 1- Perfil socioeconômico dos agricultores familiares da comunidade Rincão Mormaço**

Nome	Idade	Escolaridade	Ocupação	Moradores na UPA	Renda Mensal	Origem da Renda
Agricultor Familiar 1	73 anos	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	3 a 4	1 a 3 salários mínimos	Aposentadoria e venda do excedente agrícola
Agricultor Familiar 2	60 anos	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	3 a 4	6 a 9 salários mínimos	Aposentadoria, plantio da soja e venda de ovos (vendia leite)
Agricultor Familiar 3	89 anos	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	1 a 2	1 a 3 salários mínimos	Aposentadoria e arrendamento da terra
Agricultor Familiar 4	66 e 69 anos	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	1 a 2	1 a 3 salários mínimos	Aposentadoria, venda do excedente: carne, ovos e arrendamento da terra
Agricultor Familiar 5	65 anos	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	1 a 2	1 a 3 salários mínimos	Aposentadoria, venda do excedente: leite, queijo, ovos, carne e plantio da soja
Agricultor Familiar 6	61 anos	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	1 a 2	1 a 3 salários mínimos	Aposentadoria e arrendamento da terra
Agricultor Familiar 7	83 anos	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	1 a 2	1 a 3 salários mínimos	Aposentadoria, venda do excedente: carne e arrendamento da terra
Agricultor Familiar 8	66 anos	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	1 a 2	1 a 3 salários mínimos	Aposentadoria, venda do excedente: leite, bolacha, ovos e plantio da soja

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

Para a produção dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, de

forma presencial na casa dos agricultores familiares no período entre os dias 22/04/2022 ao dia 23/04/2022, da localidade Rincão Mormaço, no município de Independência (RS).

As temáticas centrais do roteiro de entrevistas semiestruturadas foram as seguintes: (I) definir e compreender o perfil socioeconômico dos agricultores familiares; (II) levantamento das principais produções agrícolas e se há comercialização de alimentos; (III) qual a familiaridade do agricultor familiar com as políticas públicas e/ou ações/incentivos municipais e; (IV) compreender qual é o impacto na vida do agricultor familiar o acesso ou não acesso às políticas públicas (roteiro em anexo).

Concluídas as entrevistas presenciais, iniciou-se a transcrição das mesmas. Após a transcrição e início da análise das informações coletadas, constatou-se que os entrevistados podem ser classificados em dois grupos de agricultores familiares: grupo AF 1 e grupo AF 2, que será melhor descrito no item abaixo e conforme é possível visualizar no quadro 2, a seguir.

### 3.3 Análise dos dados

A partir dessas entrevistas e análise do perfil socioeconômico foi possível dividir os entrevistados em dois Grupos de Agricultores Familiares (tabela 2), conforme é possível visualizar abaixo.

**Tabela 2 - Caracterização das propriedades e produção dos agricultores entrevistados**

<b>Agricultor(a) Familiar (AF)</b>	<b>Característica da propriedade</b>	<b>Característica da produção</b>
Grupo AF 1	Arrenda a terra e possui de 1 a 2 membros da residência aposentado	Cultivo somente para o consumo da família e arrendamento da terra
Grupo AF 2	Arrenda a terra, possui ao menos 1 membro da família aposentado e comercializa o excedente agrícola	Cultivo para o consumo da família e comercialização do excedente

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

O primeiro Grupo AF 1 corresponde a agricultores que produzem apenas para o consumo da família, arrendam a maior parte de suas terras e não comercializam alimentos. Todos os membros da família possuem a aposentadoria como renda principal.

O segundo Grupo AF 2 é composto por agricultores familiares que produzem alimentos para o consumo e que comercializam. A maioria dos agricultores desse grupo faz o plantio da soja e milho para o consumo dos animais da propriedade.

Em síntese, foram extraídas quatro principais categorias de análise por área temática, como sendo: (I) o tipo de propriedade e produção; (II) as dificuldades e/ou facilidades em acessar as políticas públicas e/ou ações municipais; (III) as fragilidades e/ou facilidades e impacto no cotidiano dos agricultores familiares e; (IV) a articulação entre o município e profissionais da área do desenvolvimento rural com os agricultores familiares da comunidade Rincão Mormaço.

## **4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **4.1 O que é uma política pública?**

Segundo Muller e Surel (2002), a palavra 'política' tem três significados distintos e interligados: (i) a política, como distinção entre o mundo político e a sociedade civil; (ii) a atividade política, que é tudo o que envolve o mundo político e; (iii) a ação política, que diz respeito ao “[...] processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos”(MULLER; SUREL, 2002, p. 10).

Para Campos (2011), o conceito de políticas públicas é abrangente e existem diversas concepções a respeito. Ainda sim, é possível dizer que uma política pública resulta de atividades políticas que envolvem decisões e ações envolvendo os bens públicos, vai muito além da simples decisão, requer ações estratégicas para a tomada de decisão, que representa a demanda da população, prevalecendo o interesse da coletividade.

Ainda assim, é possível dizer que políticas públicas são, numa definição superficial, “[...] tudo o que o governo decide fazer ou não fazer” (MULLER; SUREL, 2002, p. 13) ou, até, de um ponto de vista mais completo “[...] um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico: a saúde, a seguridade, os trabalhadores imigrados” (MULLER; SUREL, 2002 p. 13).

Conforme destaca Teodoro *et al.* (2005), quando o êxodo rural começou a ser

visto como um problema para a área urbana, o país começou a pensar na necessidade de criar incentivos voltados para a agricultura familiar, buscando o desenvolvimento rural, como forma de manter o agricultor familiar na área rural. Em decorrência dessa situação, surgiu as primeiras políticas públicas com o enfoque na agricultura familiar.

Diante disso, na próxima seção vamos adentrar na temática de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, analisando o contexto do surgimento das primeiras políticas públicas, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e mais adiante do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

#### **4.2 O surgimento das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**

Desde o surgimento das primeiras políticas públicas para a agricultura no Brasil a agricultura familiar sempre esteve às margens das ações do Estado, situação que foi realçada diante do modelo de desenvolvimento buscado pelo país, desde a segunda metade da década de 1950. Naquele momento o Estado atuava como agente produtivo, criando infraestruturas, provendo recursos financeiros, promovendo a transformação industrial, articulando os capitais privados nacionais e internacionais e formulando e executando políticas macroeconômicas e setoriais, visando uma economia industrial. No início de 1960, essa estratégia de desenvolvimento do país, começou apresentar os primeiros sintomas de crise: dificuldade de abastecimento alimentar interno, aumento da inflação, esgotamento da capacidade de importar bens para a industrialização do país e surgimento das críticas ao padrão dependente e excludente de industrialização (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Nesse período as ações e políticas públicas eram voltadas para o “crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorização cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento da infraestrutura” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. S129).

Segundo Grisa e Schneider (2014), essa política sempre foi excludente e beneficiou os médios e grandes agricultores das regiões Sul e Sudeste do país e produtores de exportação. Naquele momento a agricultura familiar não teve espaço. Conforme os autores, a situação começa a ser modificada entre os anos de 1973 e

1979, durante o II e III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) mudou seu tom de voz, deixando de ser conciliadora em relação ao governo e passando a ser reivindicatória de direitos de trabalhadores rurais, durante o congresso foram debatidas questões como:

[...] reforma agrária ampla, massiva e imediata com a participação do trabalhador; liberdade e autonomia sindical; auto-sustentação do Movimento; educação; política salarial; contratação coletiva de trabalho; Justiça do Trabalho e seu funcionamento; arrendamento e parceria; crédito e seguro agrícola; crédito fundiário; assistência técnica e insumos; comercialização e preços mínimos; cooperativismo; obras de infra-estrutura e Previdência Social Rural (CONTAG, 1963, p. 27).

Esses debates foram intensificados na década de 1980 o que, segundo Santos (2011), foi resultado de um maior movimento e rearticulação na sociedade civil. Naquele momento a Contag começou a erguer a bandeira para as reivindicações dos pequenos produtores rurais, exigindo políticas agrícolas diferenciadas.

Naquele período uma série de organizações e movimentos sociais são organizados: em 1983 foi criado a Central Única de Trabalhadores (CUT) e em 1988 o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT. Em 1984 foi organizado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1985 o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e em 1991 o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Embora cada organização tivesse objetivos diferentes, foi possível visualizar a condição precária de reprodução social dos pequenos produtores e seus movimentos visavam a intervenção do Estado para a criação de políticas públicas voltadas para as suas realidades e particularidades sociais, destacando-se a reforma agrária e o crédito rural. Apesar das conquistas dos pequenos produtores, as ideias e os interesses que ainda prevaleciam eram da agricultura patronal na elaboração das políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Cabe salientar, que durante os anos de 1980 e 1990, o país vivenciava um momento de grandes mudanças político-econômicas, para conseguir enfrentar a crise política e financeira das décadas de 80 e 90 (SANTOS, 2011). O processo de liberalização econômica dos mercados agrícolas interno e externo e redução do crédito agrícola, impôs novas ações ao Estado, como a redução da intervenção estatal, desregulamentação das atividades econômicas, privatização de estatais,

liberação dos mercados (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

As ações do governo adotadas afetaram e ameaçaram as condições de reprodução social e econômica dos agricultores familiares, que também já haviam sofrido em decorrência da modernização da agricultura. Essas ações reduziram os recursos aplicados nas políticas agrícolas, liquidaram a política de estoques públicos de alimentos e reduziram as tarifas de importação de produtos alimentares. O plano real provocou uma queda da renda do setor agrícola devido e a valorização da taxa de câmbio, às elevadas taxas de juros domésticas as quais favoreceram o aumento das importações agrícolas (GRISA; SCHNEIDER, 2014; PICOLOTTO, 2011).

Diante de todo esse contexto que fragilizou ainda mais os agricultores familiares, as mobilizações surgiram com ainda mais força no país, exigindo políticas específicas para sua categoria e participação na elaboração das mesmas. Como forma de garantir uma ordem social no campo, os porta-vozes do fórum da comunicação política se posicionaram a favor da criação do PRONAF, em 1995, como forma de ter influência no sindicalismo rural e apoio político e eleitoral. Nesse período ocorreram intensas mobilizações políticas, como o movimento Grito da Terra Brasil, que sem dúvida foi um fator de pressão para a emergência do do PRONAF (GRISA, 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Desse modo, o objetivo inicial do PRONAF era contribuir para a viabilidade econômica, ou seja, cedia crédito, com a intenção de impulsionar os mercados dos agricultores familiares que tivessem condições mínimas produtivas, para aumentar a produção, produtividade e renda, consolidando os agricultores familiares como empresas rurais (GRISA, 2012).

O PRONAF é um financiamento para custeio e investimento em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, objetivando a geração de renda. O Pronaf, possui subprogramas, como por exemplo: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem, Pronaf Microcrédito, Pronaf Cotas-Partes (BNDES, 2022).

É comprovado que o PRONAF tem beneficiado diversos agricultores familiares,



principalmente as unidades familiares que possuem melhores condições econômicas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país, promovendo o cultivo de produtos competitivos no mercado internacional.

Dessa maneira, o PRONAF é considerado hoje uma das principais políticas públicas de incentivo e estímulo ao desenvolvimento da produção agrícola familiar do Brasil, gerando possibilidades a uma classe social historicamente discriminada e excluída.

Desde a criação do PRONAF surgiram e foram implementadas novas políticas a fim de garantir a produção da agricultura familiar, como exemplo, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) em 2004, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), em 2006, a volta com os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Em 2006 também foi criada a Lei nº 11.326 que estabelece diretrizes na formulação da Política Nacional da agricultura familiar, de acordo com o Artigo 3º, a lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural como: “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo [...] aos seguintes requisitos:”

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Além destes destacamos as seguintes políticas para a agricultura familiar: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Proteção e Uso de Biodiesel (PNPB), Beneficiário Especial da Previdência Social, Aposentadoria Rural (Funrural), Auxílio Emergencial Financeiro, Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Plano Brasil Sem Miséria (Rota da Inclusão Produtiva Rural), Cotas em Escolas Profissionalizantes (CEFET) e Pronatec Campo (MAPA, 2019).

Junqueira e Lima (2008) salientam, ainda, que esses programas têm contribuído para a permanência dos agricultores familiares na área rural e por

consequência para a diminuição das migrações intrarregionais. Além disso fortalece o mercado interno, melhora a alimentação das famílias e garante a demanda do que é produzido pela agricultura familiar.

Na próxima seção será abordado sobre a importância do incentivo e fomento às políticas locais nos municípios para a agricultura familiar e a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e feiras locais como política pública local.

#### **4.3 Importância do incentivo às políticas públicas locais**

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), tem um papel muito importante ao fomentar a participação dos agricultores familiares junto às decisões políticas locais. Como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar, que segue a lógica de gestão descentralizada e participativa através dos CMDRs e dos atores beneficiados (AQUINO, 2003).

De acordo com Kroth *et al.* (2019), o país tem buscado políticas públicas em busca do Desenvolvimento Rural, os mercados institucionais são um exemplo dessas políticas, são nesses mercados onde ocorrem compras do governo (federal, estadual ou municipal) junto à agricultura familiar, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os mercados originam-se das ações participativas dos atores sociais, como os agricultores familiares, entidades (cooperativas, associações de produto ou órgãos governamentais) e do consumidor.

Outra forma de incentivar as economias locais, uma vez que o dinheiro permanece no município visto que os consumidores e comerciantes moram naquela cidade, são incentivos e fomentos à comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar através de feiras. Além de apoiar e incentivar os processos tradicionais de produção e criação, valorizando o ambiente, a cultura e o social, inclui os agricultores familiares às dinâmicas dos mercados locais.

Conforme é destacado por Silvestre *et al.* (2005), que as feiras se apresentam como uma importante política de distribuição, com resultados positivos quanto ao desenvolvimento local, que inclui: aspectos econômicos, qualidade de vida, distribuição de renda e valorização da cultura local, respeitando os modos de ser e fazer dos

agricultores familiares.

Na seção a seguir, iremos analisar os resultados da pesquisa à campo e realizar a discussão das informações obtidas.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **5.1. Políticas públicas para a agricultura familiar disponíveis no município**

A Prefeitura Municipal de Independência, em 2018, lançou um projeto de incentivo a correção do solo para a agricultura familiar, o projeto foi baseado na Lei nº 2.831/2018, que “tem por objetivo a correção da acidez e adubação do solo de propriedades rurais de base familiar, disponibilizando recursos dentro do orçamento municipal para a compra de calcário e adubos químicos” (INDEPENDÊNCIA, 2018) esse projeto visa a melhoria das condições do solo e proporcionar apoio técnico aos beneficiários.

De acordo com a Lei nº 2.831/2018, artigo 3º:

Poderão participar do PROGRAMA DE INCENTIVO À CORREÇÃO DO SOLO na primeira etapa agricultores familiares de Independência, participantes dos programas PISA<sup>1</sup> do SEBRAE/SENAR/FARSUL e do programa Gestão Rural Sustentável da EMATER/ASCAR com Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP. E em sequência de classificação dos demais agricultores familiares do município.

Inicialmente o projeto de Lei irá beneficiar 43 agricultores familiares, conforme destacou o prefeito João Edécio Graef: “Não é um programa isolado para esse ano, nós queremos continuar para dar apoio para quem investe principalmente na atividade leiteira” (INDEPENDÊNCIA, 2018).

A Lei nº 2.831/2018, também descreve acerca dos incentivos e auxílios, nos Artigos 7º e 8º, respectivamente, explicando que a prefeitura municipal irá arcar com todos os custos de fornecimento da análise de solo, para os três hectares contempladas pelo programa. Os agricultores familiares irão receber a quantidade de calcário e fertilizante à base de fósforo e potássio conforme os resultados da análise de solo, e além disso, destaca no parágrafo único que “produtores rurais que foram beneficiados em 2018, não serão contemplados em 2019”.

---

<sup>1</sup> Produção Integrada em Sistemas Agropecuários.

Outra política pública de apoio e incentivo aos agricultores familiares que os moradores da comunidade Rincão Mormaço tem conhecimento é o Sistema Troca-Troca de Sementes de Milho, no entanto, eles não conhecem por esse nome, conforme relato do agricultor familiar 2:

Até diz que tem [semente de milho] por intermédio da Prefeitura, que pega e paga quando colhe, mas eu nunca lidei com isso aí... nem Sindicato nada. [...] Que eu ouvi falar [do preço da semente] dá uma diferencinha... pouca coisa... se comprar no comércio.

O Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e Sorgo é uma política do estado do Rio Grande do Sul, cujo objetivo principal é alavancar a produção de milho e sorgo no Estado, através da disponibilização de sementes de milho (híbridos ou transgênicos) e sorgo destinadas à produção de grãos e/ou silagem para os agricultores familiares, o programa ocorre em duas etapas: safra e safrinha (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

A Prefeitura Municipal de Independência também desenvolve o Sistema Troca-Troca de Semente de Milho Safra e Safrinha, que ocorreu em 2020 e 2021, de acordo com o Edital Nº 15/2021, os produtores rurais foram anistiados dos pagamentos conforme deliberação do Estado (INDEPENDÊNCIA, 2021).

Nesse sentido, as ações locais são limitadas às políticas do Programa de Correção dos Solos e Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e Sorgo, podendo ter um maior apoio técnico da EMATER junto aos agricultores familiares para a criação de um incentivo de diversificação da produção, com o objetivo de gerar alimentos e proporcionar a comercialização por parte dos agricultores familiares.

## **5.2. Acesso dos agricultores a políticas públicas e/ou incentivos locais**

Em relação ao conhecimento e acesso às políticas públicas, incentivos ou ações municipais para o público rural, em Independência, muitos agricultores familiares descrevem as facilidades que tinham em acessar os incentivos municipais cerca de 20 anos atrás, conforme relato do agricultor familiar 1:

Há 20 anos atrás ou até mais, teve um época que a prefeitura ajudava com pintura das casas, dava o carpinteiro... tinha incentivo de vaca de leite, dava terneira preta que dava para receber em litro de leite, terneira holandesa para os colonos para fazer vaca [...] eles diziam uma quantidade de litros que tinha que dar para pagar avaca, a prefeitura recolhia o leite, traziam um tanque de leite e levavam para a prefeitura, era uma empresa

especializada no leite [...] foi um incentivo que o prefeito fez e incentivou os colonos a vender leite [...] a prefeitura tinha os dados e ia até as propriedades [a entrega da vaca ocorria através da visita da prefeitura até os agricultores familiares] e explicava [o incentivo]. O meu primeiro chiqueiro foi da prefeitura, veio três pedreiros e um servente... o banheiro lá embaixo, o banheiro velho, também não foi pago... Veio trocar a parede da casa velha que é de tábuas. Os colonos iam na prefeitura e pediam o pedreiro ou carpinteiro, porque os colonos não sabiam como fazer”.

O agricultor familiar 8, descreve o que já foi feito para as famílias rurais, na época em que ele trabalhava na prefeitura municipal, antes de ir morar na área rural:

Foi feito banheiro, patente, chiqueiro, foi feito encanamento, calcário era levado pelos caminhões da prefeitura... existia uma verba, depois parou porque os colonos queriam tudo de graça [...] não veio mais, não foi feito projeto... simplesmente desistiram de fazer o projeto... se tu for ver hoje, alguém tem que encaminhar e é cansativo pra pessoa fazer e o prefeito não quer isto, o prefeito quer sentar lá e receber o salário dele e não quer buscar nada [...] a colônia hoje, de prefeito pra cima está esquecida, porque eles não dão aquela iniciativa... vereador ao invés de buscar alternativa, eles vão buscar poder pra eles... não para atender os que precisam na colônia, até hoje aqui em Independência eu não vejo um colono dizer que a prefeitura deu uma oportunidade que conseguiu através da prefeitura.

Para Gonçalves e Pedrosa (2016), o aumento da renda das famílias rurais e a diminuição de atividades penosas no trabalho do dia a dia na área rural são dois fatores importantes para a decisão de permanecer ou não na atividade agrícola e está interligado com a valorização do modo de viver e produzir da agricultura familiar. Para os autores, a participação da agricultura familiar na economia é um fator importante para desacelerar o êxodo rural e contribuir, principalmente, para a geração de riquezas, uma vez que auxilia para a conservação do meio ambiente, pois as políticas públicas que ocorrem na área rural são importantes para o fortalecimento e valorização dos agricultores familiares.

Outrossim, os agricultores familiares da comunidade relatam que adquiriram outros benefícios através da prefeitura municipal, há alguns anos atrás, como descreve o agricultor familiar 1:

Veio calcário, adubo, todos os insumos... para calcariar 4 hectares de cada colono [...] e no último mandato do Daltro ele também deu, mas daí ele deu, mas não era de graça, nós pagamos 30% do valor para o município [...] a gente precisava [de máquina] para tirar um pedaço de pedra da lavoura, a

gente ia lá e eles vinham, mandavam [a máquina].

Cabe destacar que cerca de 20 anos atrás, os agricultores familiares participavam das reuniões na Câmara de Vereadores, através de convite, para assim poder aproveitar dos incentivos e/ou ações municipais, conforme destaca o AF 1:

Eles faziam reuniões na Câmara de Vereadores e mandavam um convite para os colonos comparecerem na reunião. [...] E depois foram formados os conselheiros das comunidades e iam os conselheiros e diziam quantas pessoas de baixa renda tinha na comunidade e dava o nome das pessoas para ganhar os incentivos.

Após formação dos Conselheiros das Comunidades, os agricultores não precisavam mais ir às reuniões e passaram a ser representados pelos conselheiros, conforme relato do AF 1:

A gente [os conselheiros] ia lá ... o projeto do prefeito ia pra lá [Câmara de Vereadores] e vinha [o incentivo], chamavam os conselheiros e iam lá nas reuniões e dava os nomes das pessoas que mereciam ganhar ou se inscreviam e os conselheiros escolhiam quais podiam ganhar os incentivos, porque conforme o cara que se inscrevia não precisava do benefício, que tinha condições e o conselheiro ia lá decidir quem merecia ou não.

Por outro lado, há agricultores que já ouviram falar em incentivos, mas nunca foram atrás para usar, pois acreditam que *“a gente não precisa, como diz... de luxo. A gente sobrevive com o salário dele [do marido], então a gente não pega ajuda”*, segundo a agricultora familiar 5, ou simplesmente porque não tinham informações suficientes de como acessar os benefícios que teriam direito, como é observado junto a outros agricultores familiares.

Noutros casos os moradores da comunidade não têm conhecimento do que é direito deles e acabam não se envolvendo com as políticas públicas, incentivos e/ou ações municipais, conforme é possível perceber no relato do agricultor familiar 3: *“nunca me envolvi com política”*. Também é perceptível que muitos os agricultores familiares têm acesso a informações sobre os incentivos ou ações do município somente através de conversas informais com seus vizinhos e/ou conhecidos

Há ainda aquelas famílias que não acessam por não cumprirem todas as regras para acesso. Conforme relato do agricultor familiar 4: *“a gente investiu do próprio bolso, a gente nunca pegou Pronaf porque a terra não está no nosso nome e precisava dar uma garantia pro banco”*.

Para as políticas públicas funcionarem de uma maneira mais efetiva é importante que os conselhos municipais de desenvolvimento rural articulem alternativas para possibilitar o andamento dos Programas e o amplo acesso das famílias. Além disso deve existir um diálogo entre os atores envolvidos no processo, desde agricultores familiares até os agentes das políticas, para que os incentivos e/ou ações locais para a agricultura familiar sejam acessados pelas famílias (LIMA *et al.* 2021).

### **5.3. Dificuldades e/ou facilidades em acessar as políticas públicas e/ou incentivos municipais**

Nos dias de hoje, na localidade Rincão Mormaço, não existe nenhum representante da comunidade no Conselho Municipal, o que dificulta a informação e acesso dos agricultores familiares as políticas e programas para a agricultura familiar. De acordo com a argumentação do AF 1, que descreve que já conversou diversas vezes com alguns vizinhos mais novos e inclusive com seu filho para assumirem o conselho da comunidade:

Eu já falei várias vezes... peguem e vão... deem o nome de duas pessoas, levem na Emater ou na Secretaria de Agricultura e dá o nome lá... esses aqui são os conselheiros da tal comunidade. [...] Ninguém quer ir lá... perder tempo, quando tem reunião tem que ir lá para poder decidir os projetos.

Ainda a respeito da importância de haver um conselheiro na comunidade, o agricultor familiar descreve a necessidade de haver uma maior organização e formação do conselho para os moradores conseguirem participar dos incentivos e/ou ações municipais, conforme descreve:

Precisa ter um conselheiro da comunidade, quando saia uma reunião da agricultura para qualquer uma coisa que viesse... uma verba para aquilo e a gente ia lá, ficava e assistia. E a gente escolhia os moradores pra ganhar. Acho que umas três ou quatro vezes veio adubo e calcário e a gente selecionava os agricultores pequenos... os maiores deixava. E aqui no nosso lugar não tem. Desde a compra de terra do Banco da Terra, era nós que aprovava os colonos para comprar. Daí a Emater ia lá ver e fazer a vistoria para ver se valia ou não e era nós que aprovava. Como no momento não existe nenhum conselheiro na comunidade, não vem os benefícios [...] precisa ter o conselheiro para poder representar a comunidade na prefeitura e participar das reuniões para poder indicar quais moradores têm direito de receber o benefício. [...] Já fui conselheiro 3 vezes, consegui bastante coisas para a comunidade (AF 1, 2022).

Conforme destaca Farias *et al.* (2015) os agricultores familiares têm um papel

importante na tomada de decisão, fazem parte da ação para execução e resultados satisfatórios e dessa forma é indispensável a participação dos atores no processo de desenvolvimento rural. Situação que é descrita pelo agricultor familiar que “*se nós [agricultores familiares] queremos alguma coisa temos que ir atrás*” (AF 1), salienta ainda que, depois que outros moradores da localidade assumiram o conselho da comunidade, o movimento de organização parou.

Em fevereiro de 2017, ocorreu na Câmara de Vereadores, uma reunião com os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Independência (CONDRI), para discutir alguns assuntos pertinentes ao Conselho, como a aprovação do Plano de Atividades da Secretaria de Agricultura e prestação de contas do Milho Safrinha, entre outros. No dia estavam presentes: EMATER, ScrediIndependência, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Independência, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura e os conselheiros representantes da sociedade civil (INDEPENDÊNCIA, 2017a). No mesmo ano, em outubro, o CONDRI, reuniu-se novamente para discussão e:

O CONDRI aprovou o cadastramento de emenda parlamentar, referente a aquisição de equipamentos para recuperação do solo, que irão fortalecer a patrulha agrícola do Município. Essa ação irá trazer melhorias aos produtores de Independência, além de benefícios ao meio ambiente. Na ocasião, os técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura apresentaram um trabalho visando a sucessão na agricultura familiar (INDEPENDÊNCIA, 2017b).

Tendo em vista a situação descrita acima, é possível perceber que está ocorrendo reuniões do CONDRI com a participação de agricultores familiares representantes de suas comunidades. Além disso, nota-se também que a prefeitura municipal está em busca de melhorias para o meio rural de Independência. No entanto observa-se que os agricultores que as comunidades que tem acessado r osbenefícios que o CONDRI aprovou são aquelas que possuem conselheiros que participam das reuniões na Câmara de Vereadores.

A partir dos relatos supracitados, observa-se falhas na comunicação entre órgãos públicos e/ou profissionais da área, no que diz respeito aos incentivos e ações municipais para a agricultura familiar. Um sintoma disso é a afirmação de moradores da comunidade que têm tido conhecimento de ações/incentivos municipais através de vizinhos e não pelos responsáveis pelos programas no município. Portanto, a comunicação não ocorre de maneira efetiva, além disso, os agricultores familiares



podem não compreender o que são de fato as políticas públicas, ações/incentivos municipais e como acessá-los.

Nesse contexto, Sabourin *et al.* (2009) explicam que existe uma desarticulação entre o sistema de extensão rural, juntamente com uma fragilidade na organização dos produtores, além de haver uma formação de profissionais da área que possuem pensamentos tecnicistas e produtivistas. Tais aspectos podem fragilizar a entrada de agricultores familiares que produzem em pequena escala em políticas públicas.

De acordo com Junqueira e Lima (2008 p. 175):

O fortalecimento e valorização da agricultura familiar dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que devem ser implementados de forma articulada por diversos atores e instrumentos, e onde, sem dúvida, o papel do Estado e das políticas públicas cumpre um papel fundamental.

#### **5.4. Impactos do acesso ou a falta de acesso às políticas públicas no cotidiano dos agricultores familiares**

Essa desarticulação entre os profissionais do município e os agricultores familiares pode gerar desmotivação na prática diária da atividade agrícola, uma vez que o agricultor familiar se sente esquecido, abandonado e deixado de lado, conforme relato dos mesmos:

Que nem antes a gente não sentia muito [a falta de apoio] agora que perdeu a planta a gente vê que isso aqui [...] a gente teria que ter mais incentivo, a gente está abandonado. Não tem incentivo de município nem de estado, nem de país... nada... se tu financiar tem o PROAGRO, se não quem não financiou está no ferro, como diz, perca total (Agricultor Familiar 2).

O agricultor familiar 8 complementa a respeito da falta de acesso e conhecimento da existência de políticas públicas, incentivos ou ações municipais para a agricultura familiar que:

A gente não fica contente porque é a mesma coisa assim... é uma discriminação. [...] As pessoas estão deixando a colônia porque não tem incentivo, o cara precisa desembolsar para ter alguma coisa [...] porque hoje o colono começa na estaca zero... ele quer fazer... não tem dinheiro pra tocar o serviço pra frente... procura alguém que pode te dar uma mão, mas ninguém... hoje um trator queima óleo, precisa de combustível, não tem como baratear [o trabalho].

Outra situação observada pelos agricultores familiares da comunidade é que o município não auxilia na conservação das estradas da área rural, principalmente

quando se trata de comunidades pequenas, como é o caso do Rincão Mormaço que possui cerca de 16 famílias, em sua maioria idosos e aposentados. Conforme descreve a situação o agricultor familiar 1:

[Se a] estrada está ruim, muitas vezes tem que ir de caçamba pra emparelhar a estrada para poder cruzar, porque dificilmente a máquina vem arrumar [...] não tem aquela ajuda, aquele auxílio da prefeitura, eles auxiliam, mas só na parte da classe alta, desdemáquina, se tu pedir uma carga de cascalho pra gente, pro pobrenão tem para colocar na estrada, mas se é para uma empresa, uma granja, eles passam dois três dias puxando cascalho e rolando pra essa gente e pros pequenos que precisam não tem. Porque naverdade lá nas empresas, os camioneiros, patroleiros, eles ganham uma gorjeta... lá eles ganham... em comparação os pobres não tem para dar uma gorjeta, eles não vem, não dão bola.

Em decorrência dessa situação, ocorre na localidade o envelhecimento da população rural, os jovens saem do campo em busca de melhores condições de vida e trabalho na área urbana e quem permanece na área rural são os pais e avós, que em sua maioria, já são aposentados e têm como principal fonte de renda a aposentadoria.

Os agricultores familiares da comunidade acreditam que os jovens começaram a se interessar mais pela cidade a partir do momento que tiveram que irestudar, conforme relata o AF 7:

Tudo o que é da cidade é melhor [se analisar do ponto de vista de trabalho], antigamente plantava-se soja a muque, para dar 20 a 30 sacas e se for se empregar, esse valor ganha em um mês. Mas só está [na agricultura] quem planta bastante né. Se tem terra bastante, maquinário e condições... tem que ficar [na agricultura] mas quem não tem não é fácil.

E nessa perspectiva, com os jovens migrando para a cidade, os mais velhos ficam no rural enquanto tem condições de trabalhar, depois, devido à idade avançada e por não ter mais disposição para trabalhar e manter a propriedade tendem migrar para a cidade também, conforme relatado pelo AF 8: *“as famílias de baixa renda estão indo tudo para a cidade, é uma minoria [aposentados] que está ficando na colônia, o resto tudo já se foram para a cidade”*.

Outra questão que contribui para os agricultores mais idosos migrarem para a cidade é que *“não tem ônibus para a pessoa de idade ir para a cidade e em muitos casos os agricultores não tem carro e os que têm, em alguns casos já não tem mais condições de dirigir”*, conforme AF 5.

Conforme o AF 7 relata, não é viável o agricultor familiar permanecer na área rural exercendo atividades penosas, quando há a possibilidade de migrar para a cidade e garantir melhores condições de trabalho na área urbana. Outra questão que os agricultores familiares sentem é a falta de incentivos do município para a permanência do jovem no campo, conforme AF 8:

É muito difícil ficar na colônia, porque não tem iniciativa, do meu ponto de vista, de prefeitura, estado e país, tu não vê um incentivo pro agricultor e pro filho do agricultor ficar... está desdeixado e aí fimde mês tem luz pra pagar, tem tanta coisa... eu não vejo alternativa de um jovem ficar no interior, aí vão pra cidade e ganham umsalário.

A partir dos relatos dos agricultores familiares da comunidade é perceptível a influência negativa que as dificuldades de acesso as políticas e programas para a agricultura familiar exercem sobre a migração dos jovens e o envelhecimento do campo.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo inicial desta pesquisa foi identificar a existência de políticas públicas, incentivos ou ações municipais com o enfoque na agricultura familiar no município de Independência (RS) para a da localidade Rincão Mormaço. Constatou-se que atualmente a principal política acessada pelos agricultores da comunidade são o Programa de Correção dos Solos e o Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e Sorgo.

Também foi constatada a ausência de membros da comunidade no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e com isso uma dificuldade de comunicação e acesso a informações sobre os programas. Destacamos a importância da comunidade retomar a participação ativa no Conselho, assim como a necessidade de maior interação dos responsáveis pelas políticas públicas com as famílias da comunidade, visando conhecer e compreender melhor a realidade e demandas dos agricultores familiares.

Além disso, foi observado uma possível desarticulação entre os profissionais municipais, órgãos assistenciais e agricultores familiares, no que diz respeito à temática de políticas públicas. Foi constatado também que existe uma confusão entre “políticas públicas” e “política partidária” e em consequência disso, alguns agricultores familiares optam por não “se envolver”. Em vista disso, o desconhecimento da

existência de políticas públicas, incentivos e ações municipais, pode gerar desmotivação na atividade agrícola, uma vez que os agricultores familiares se sentem esquecidos na área rural.

Como consequência verifica-se uma tendência de envelhecimento da população rural da comunidade Rincão Mormaço já que visto que os jovens têm migrado para as áreas urbanas em busca de melhores condições de trabalho e renda mensal garantida.

## 7. REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de. **Agricultura familiar e políticas públicas: o caso do PRONAF no município de São Miguel - RN.** Campina Grande: UFCG, 2003.

ATLAS SOCIOECONÔMICO. **Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e IDHM.** Ed. 5<sup>a</sup>. 2020. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento. **Pronaf - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** 2022. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

BRASIL CIDADES. **Município de Independência.** 2022. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-independencia-rs.html>>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

CAMPOS, Rafael Albuquerque. **Agricultura Familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Campina da Lagoa/PR.** Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, CURITIBA, 2011. Disponível em: <[http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21473/2/CT\\_GPM\\_I\\_2011\\_63.PDF](http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21473/2/CT_GPM_I_2011_63.PDF)>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

CONTAG. **40 anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo.** 1963. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

DE PAULA et al. **Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios.** *Revista de Política Agrícola.* Ano XXIII – Nº 1 – Jan./Fev./Mar. 2014. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883/808>>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

EMATER. **Regional Santa Rosa.** 2009. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/regionais/santa-rosa.php#.YMF09vIKjIU>>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

EMBRAPA. **Políticas públicas para agricultura familiar.** 2022. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Agricultura%20Familiar,da%20Agricultura%20Pecu%C3%A1ria%20e%20Abastecimento.>>. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

EMBRAPA. **Latossolos Vermelhos.** 2021a. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONT000fzyj aywi02wx5ok0q43a0r9rz3uhk.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000fzyj aywi02wx5ok0q43a0r9rz3uhk.html)>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

FARIAS, Jorge Luis de Sales et al. **Metodologia Sustentare uma abordagem sociotécnica na construção e fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares.** 2015. Disponível em: <[https://www.embrapa.br/docs-age/age\\_409462\\_ARQ\\_DISPONIBILIZADO\\_DOCUMENTACAO\\_Metodologia%20Sustentare.pdf](https://www.embrapa.br/docs-age/age_409462_ARQ_DISPONIBILIZADO_DOCUMENTACAO_Metodologia%20Sustentare.pdf)>. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

FEE. **Perfil Socioeconômico: Independência.** 2022. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Independ%EAncia>>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo:Atlas, 2002.

GONÇALVES, Diego Marques. PEDROSO, Adriana Martini Correa. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural e valorização da agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos - PPA.** UNISC. Ed. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14751/3586>>. Acesso em: 03 de jul. de 2022.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil.** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** 2012 Disponível em: <[https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese\\_.Catia-Grisa.pdf](https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_.Catia-Grisa.pdf)>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

GRISA, Catia. PORTO, Silvio Isopo. **Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural.** In: GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sergio (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-181. Disponível em: <[https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Livro\\_Politicass\\_publicas.pdf](https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Livro_Politicass_publicas.pdf)>. Acesso em: 16 de jun. de 2022.

IBGE. **Independência (RS): cidades e estados.** 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/independencia.html>>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

IBGE. **Independência (RS).** 2017. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/independencia/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

IDESE. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**. 2019. Disponível em: <<http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/idese/>>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

INDEPENDÊNCIA. **Conselho municipal de desenvolvimento rural reúne-se em Independência**. 2017a. Disponível em: <<https://www.independencia.rs.gov.br/site/noticias/agricultura/18816-conselho-municipal-de-desenvolvimento-rural-reune-se-em-independencia>>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

INDEPENDÊNCIA. **Conselho municipal de desenvolvimento rural discute cadastramento de emenda parlamentar**. 2017b. Disponível em: <<https://www.independencia.rs.gov.br/site/noticias/agricultura/24881-conselho-de-desenvolvimento-rural-discute-cadastramento-de-emenda-parlamentar>>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

INDEPENDÊNCIA. **Secretaria de Agricultura lança projeto de incentivo a correção de solo**. 2018. Disponível em: <<https://www.independencia.rs.gov.br/site/noticias/agricultura/32860-secretaria-de-agricultura-lanca-projeto-de-incentivo-a-correcao-de-solo>>. Acesso em: 29 de mai. de 2022.

INDEPENDÊNCIA. **Sistema Troca-Troca 2020/2021: Semente de milho safra e safrinha**. 2021. Disponível em: <<https://www.independencia.rs.gov.br/site/editais/5662-edital-n-15-de-26-de-maio-de-2021---lançamento-do-sistema-troca-troca>>. Acesso em: 29 de mai. de 2022.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira. LIMA, Jandir Ferreira de. **Políticas Públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>>. Acesso em: 28 de mai. de 2022.

KROTH, Darlan Christiano. *et al.* **Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense**. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, p. 138 - 162, janeiro-abril, 2019

LEI Nº 2831, DE 19 DE JUNHO DE 2018. **Programa de incentivo à correção do solo**. Disponível em: <<https://www.independencia.rs.gov.br/site/leis/47925-cria-o-programa-de-incentivo-a-correcao-do-solo-para-agricultura-familiar-no-municipio-de-independen>>. Acesso em: 29 de mai. de 2022.

LIMA, Aparecida de Fátima Alves de. *et al.* **A comercialização da agricultura familiar para o pane no território rural do alto Paraguai-MT**. 2021. Disponível

em: <<https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/27954/22120>>. Acesso em: 03 de jul. de 2022.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Direitos e benefícios: confira a lista de políticas públicas que podem ser acessadas pelo agricultor familiar com DAP Ativa.** 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/direitos-e-beneficios>>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

MATTEI, Lauro. **Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o casorecente do PRONAF no Brasil.** Raízes, V.35, Nº 1, Jan-Jun / 2015.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Comercialização Agrícola.** 2007. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4274258/mod\\_resource/content/3/tadeu.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4274258/mod_resource/content/3/tadeu.pdf)>. Acesso em: 28 de mai. de 2022.

MULLER, Pierre. **A Análise das Políticas Públicas** / Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política** / Everton Lazzaretti Picolotto, 2011.

PRONASOLO. **Independência (RS): solos.** 2022. Disponível em: <<https://geoportal.cprm.gov.br/pronasolos/>>. Acesso em: 21 de mai. de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e Sorgo.** 2022. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/troca-troca-de-sementes>>. Acesso em: 29 de mai. de 2022.

SABOURIN, E.; XAVIER, J. H. V.; TRIOMPHE, B. **Um olhar sobre os enfoques e métodos no Projeto Unai.** In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de (Ed.). Projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2009. p. 53-93.

SANTOS, Fábio Pereira dos. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil** / Fábio Pereira dos Santos. - 2011.

SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido. et al. **Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG.** 2005. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Ribeiro-37/publication/228427261\\_Mercados\\_locais\\_e\\_politicas\\_publicas\\_para\\_a\\_agricultura\\_familiar\\_um\\_estudo\\_de\\_caso\\_no\\_municipio\\_de\\_Minhas\\_Novas\\_MG/links/562e1bb08ae22b17035419e/Mercados-locais-e-politicas-publicas-para-a-agricultura-familiar-um-estudo-de-caso-no-municipio-de-Minas-Novas-MG.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Ribeiro-37/publication/228427261_Mercados_locais_e_politicas_publicas_para_a_agricultura_familiar_um_estudo_de_caso_no_municipio_de_Minhas_Novas_MG/links/562e1bb08ae22b17035419e/Mercados-locais-e-politicas-publicas-para-a-agricultura-familiar-um-estudo-de-caso-no-municipio-de-Minas-Novas-MG.pdf)>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.



TEODORO, Paulo Alberto Vilas Boas; *et al.* **Agricultura Familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável.** 2005. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/9832916-Agricultura-familiar-uma-alternativa-para-o-desenvolvimento-sustentavel-1.html>>. Acesso em 08 de ago. de 2022.

WIKIPÉDIA. **Rio Grande do Sul: município Independência.** 2006. Disponível em: <[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul\\_Municip\\_Independencia.svg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Independencia.svg)>. Acesso em: 26 de jun. de 2022.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES

1. Nome do entrevistado(a):

2. Faixa etária

entre 18 e 30 anos

entre 31 e 54 anos

entre 55 e 65 anos

acima de 66 anos

3. Escolaridade

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós Graduação Incompleto

Pós Graduação Completo

4. Ocupação

Só trabalha na unidade

Parcialmente fora/dentro da unidade

Só trabalha fora da unidade como trabalhador rural

Só trabalha fora da unidade em atividade não-agrícolas

Só trabalha fora da unidade na zona urbana

Trabalha na unidade e no lar

Somente trabalha no lar

Não trabalha atualmente

Nunca trabalhou

5. Número de moradores no domicílio

1 a 2 indivíduos

- 3 a 4 indivíduos
- 5 a 7 indivíduos
- acima de 7 indivíduos

6. Renda mensal aproximada

- Nenhuma renda.
- Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.212,00).
- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.212,01 até R\$ 3.636,00).
- De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.636,01 até R\$ 7.272,00).
- De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 7.272,01 até R\$ 10.908,00).
- De 9 salários mínimos (mais de R\$ 10.908,01).

7. Origem da renda mensal

- Aposentadoria / pensão
- Trabalho assalariado mensalista rural
- Trabalho assalariado diarista rural
- Ajuda de familiares / instituições filantrópicas do Estado na zona rural
- Poupança / aplicações
- Trabalho assalariado urbano
- Renda proveniente de aluguel de imóvel urbano
- Comércio e serviços
- Trabalho doméstico
- Bolsa-família
- Seguro-desemprego

8. Desde quando você mora aqui na localidade? Como é morar no interior para você?

9. Você produz alimentos na sua propriedade? Quais? O que você planta?

10. Qual é a importância de produzir (soja/milho) em sua propriedade? Como é a comercialização? Você já pensou em deixar de produzir a soja? Por que?

11. Você produz alimentos para o consumo ou para comercialização? Como é a comercialização (para vizinho, cidade, mercado)?

12. Quais alimentos você produz? E quais você consegue comercializar (se for o

caso)?

13. Por que é importante a produção e/ou comercialização dos alimentos produzidos na sua propriedade?
14. Você tem conhecimento de alguma política pública ou incentivo municipal para a agricultura familiar? Qual(is)?
15. Como você ficou conhecendo essa política pública ou incentivo municipal?
16. Como você acessa essa política pública ou incentivo municipal?
17. Você considera fácil ou difícil o acesso à política pública ou incentivo municipal? Por que? Como é esse acesso, você tem alguma dificuldade em acessar essa política pública ou incentivo municipal? Por que?
18. O que você considera que torna fácil/difícil o acesso à essas políticas públicas ou incentivos municipais?
19. O que o acesso às políticas públicas ou incentivos municipais traz de impacto para o seu cotidiano de agricultor(a) familiar?
20. Como você se sente em conhecer/não conhecer a existência de políticas públicas ou incentivos municipais?
21. O que a falta de acesso/conhecimento às políticas públicas ou incentivos municipais traz de impacto para o seu cotidiano de agricultor(a) familiar?
22. Você acha que poderia ter incentivos para vocês agricultores que parta da prefeitura municipal? Quais tipos de incentivos?
23. Você conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

#### Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

**NOME:** \_\_\_\_\_

**RG/CPF:** \_\_\_\_\_

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “Ações e/ou Incentivos Municipais: como alternativa para geração de renda na Agricultura Familiar em Independência (RS) na localidade Rincão Mormaço” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “Acesso às Políticas Públicas municipais na localidade Rincão Mormaço no município de Independência (RS)” – do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo: identificar quais são as políticas públicas que estão disponíveis no município; verificar se os agricultores têm acesso a políticas públicas e/ou incentivos locais; identificar quais as dificuldades e/ou facilidades em acessar as políticas públicas e/ou incentivos municipais; analisar os impactos do acesso ou a falta de acesso às políticas públicas no cotidiano dos agricultores familiares. Orientado pela Profa. Dra. Daniela Oliveira.

A minha participação consiste na recepção da aluna Jessica Zdruikoski para a realização da entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pela aluna. Para isso, ( ) **AUTORIZO** / ( ) **NÃO AUTORIZO** a gravação da conversa e a minha identificação e a da propriedade para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**Independência (RS), \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2022.**